

ATA 04

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às treze horas e trinta minutos, no Centro Municipal de Estudos Ambientais (CEMEAM), reuniram-se de forma ordinária o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Saporanga. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Fabiana Haubert, Evandro Stelzer, Luís Fernando Stumpf, Rosane Reichert, Ardi Alípio Hugentobler, Moisés Teixeira Peixoto, Janice Carvalho, Ana Carolina Oliveira Fonseca, Alexandre Jardim, Dóris Rejane Fernandes, e Sérgio Strassburger, conselheira suplente Maiara Oberherr e representantes da comunidade: Vereador Sandro Apollo Seixas e Paulo Marim. Anterior a abertura da reunião, Rosane Reichert realizou a entrega aos conselheiros e visitantes de uma cartilha esclarecedora sobre as atividades que podem e que não podem ser desenvolvidas na ARIE e que tem por objetivo minimizar os efeitos negativos das falsas informações disseminadas pelo conselheiro Evandro Stelzer e a Instituição que ele representa. Luís Fernando parabenizou pela iniciativa e o esforçado trabalho de construção positiva da Unidade de Conservação Municipal por parte da Secretária e da Secretaria, porém, destacou que seria adequado se no material estivesse contido a lei 5900/16 e um mapa desta Unidade de Conservação. Após este anexo introdutório, a reunião foi aberta com a leitura da ata da reunião anterior e ao findar, foi aprovada por todos os conselheiros. Debateu-se rapidamente acerca da disseminação de falsas informações sobre a ARIE promovidos por Evandro Stelzer e o questionamento desta atitude por Luís Fernando Stumpf, fatos e debate relatados na ATA 02, da qual encaminhou-se que seja feito uma acareação do registro em ATA 02 com a gravação da reunião, pelo Conselheiro Moisés, e assim permitir a aprovação desta ATA na próxima reunião do Conselho. Encaminhando este ponto, Moisés destacou a necessidade de respeito mútuo e um apelo para que estes fatos não se repitam, caso contrário, será necessário aplicar uma advertência. Seguindo a reunião Ana Carolina lembrou da aprovação de edificação em nome de Samuel Hugentobler que estaria condicionada a necessidade de realizar o levantamento topográfico constando a declividade, sendo sugerido pelo conselheiro Moisés, que esse detalhe cabe ao Conselho da Secretaria de Planejamento. Maiara lembrou os conselheiros, que o levantamento topográfico solicitado pelo Conselho de Uso e Ocupação do solo, em função da grande declividade da propriedade, se seria Uso Restrito conforme Lei da Mata Atlântica. Moisés falou que as decisões devem ser equilibradas, uma vez que, por exemplo, já foi aprovado uma edificação na ARIE de 241 m² de alvenaria, que não foram abordadas as preocupações com construções harmoniosas com o ambiente na ARIE. Não havendo critérios que diferenciem o que são construções harmoniosas ou não. Luís Fernando destacou que é preciso uma avaliação metódica para as construções, pois se tratando de uma ARIE, é preciso controlar a ocupação na Unidade de Conservação e um dos critérios para se avaliar isso, é não passar a autorizar edificações que não sejam utilizadas por real necessidade e muitas vezes solicitadas por um privilégio, fazendo referência da Lei da Mata Atlântica. Caso haja alguma construção para agricultor familiar, herdeiros diretos, cabe a nós aprovar e não criar exigências. Ana Carolina relata que essa diferenciação não tem fundamento legal. Por fim, ficou decidido que deve ser exigido o levantamento topográfico para a solicitação em nome de Samuel Hugentobler. Sérgio relatou sobre a duração das reuniões de uma hora e trinta minutos, com base no regimento interno. Evandro Stelzer aproveitou para consultar Maiara sobre a edificação do Sr. Milton da Silva questionando, se de fato o mesmo consolidou sua área de 2 ha, também aprovada pelo conselho, ao qual Maiara retornou que sim, conforme documentos apresentados por ele, que primeiramente havia contrato de compra e venda de 3.589 m² e após saber do módulo mínimo, apresentou contrato de compra de 2 (dois) hectares. A seguir, passou-se para

a eleição do novo presidente deste conselho, para que o eleito exerça um mandato "tampão" até o fim do período da qual estes representantes têm assento, conforme trata a Lei 2361/97 e seu regimento interno. No processo foram apresentadas duas candidaturas, sendo a primeira de Moisés Teixeira Peixoto, representante dos Escoteiros e Rosane Reichert da Secretaria de Meio Ambiente e Preservação Ecológica. Na eleição por voto secreto, a escrutinação elegeu Moisés como presidente, recebendo para isso sete votos e Rosane cinco. Sendo assim, tem-se eleito Moisés como presidente do CONDEMA, ao qual prometeu que exercerá o mandato com a promoção de isonomia e transparência, pautando para que as decisões sejam consensuais, no sentido de alcançar o equilíbrio, onde o que vale para um, vale para todos. Fabiana pediu para ausentar-se da reunião, devido à reunião de diretores, mas anterior a isso solicitou informações sobre a situação do Muro do CEMEAM, da qual Sérgio Strassburger relatou que está aguardando a tomada de preço que será nos próximos dias. Dando continuidade à pauta, passou-se para análise de processos de anuência da ARIE: **Protocolo nº 7279/2020** de Herivelto Paiva, ao qual pede solicitação de edificação de 300 m² na sua propriedade de 18,15 ha. Situando o ponto onde será edificada a construção, passou-se para a análise do pedido que versa sobre salão de festas e promoção de turismo, roteiros, passeios, enfim, relacionado a promoção de turismo. Moisés lembrou a despeito sobre o indeferimento de outras solicitações relacionadas a salão de festas e acredita ser adequado solicitar um diagnóstico ambiental simplificado, relativo a impacto sobre a fauna e flora, considerando que nesta propriedade se pratica o Dow Hill. Maiara lembrou que ao realizarem a apresentação do Plano de Manejo na localidade do Morro Ferrabraz, os moradores manifestaram uma demanda e interesse pelo desenvolvimento do turismo em sua localidade. Porém, de acordo com Ana Carolina, como não há um regramento específico para a atividade solicitada, orientou para aguardar por uma decisão da qual o conselho possa se pautar com segurança. Rosane destacou que a zona rural tem espaço para o desenvolvimento das atividades de turismo. Dóris destacou que há várias atividades que incrementam o processo de utilização da ARIE e que o turismo é uma delas. Alexandre acredita que o pedido não há sinergia com o meio ambiente, pois a centralidade do pedido está para salão de festas e tem a poluição sonora e o trânsito noturno como um dos problemas que preocupa os conselheiros e especialmente a si. O mesmo, destacou que deve tipificar a atividade. Moisés relatou quanto a solicitação para construção de salão de festas, lembrando mais uma vez que esse tipo de atividade não está permitido, considerando outras solicitações de mesma natureza e abre para a votação. Luís Fernando destacou que o Sr. Herivelto está bem-intencionado e quer contribuir no desenvolvimento do Ecoturismo, porém, não há uma orientação quanto ao foco do pedido, de modo que seria ideal que o mesmo descrevesse sua solicitação, pois provavelmente a intenção seria intencionada aos praticantes de Mountain bike, abrigando os visitantes neste salão. Sr. Ardi reforçou a tese na qual orienta que a solicitação deve estar focada numa atividade definida. Ana Carolina votou não, porque já foi indeferido outros casos referidos a salão de festas, mas acredita que devemos apoiar tais atividades. Rosane votou a favor, porque já existe outra atividade desta natureza e acredita que não haverá impactos. Luís Fernando sugeriu aprovar com restrições. Moisés acredita que deve ser solicitado Diagnóstico ambiental. Entendeu-se a necessidade de produzir uma resolução para as atividades de salão de festas, conforme opinou Dóris. Moisés retomou para a seguinte análise: 1. votamos sob a ótica de que ali será desenvolvida múltiplas atividades, inclusive festas noturnas; 2. votamos para aguardar a realização de plano de manejo ou, 3. votamos solicitando o diagnóstico ambiental relacionado ao impacto de entorno. Evandro refletiu sobre

investimentos relacionados a qualquer atividade, precisar de pilhas de papéis, o que é incomodo aos empreendedores e os afugente, de certo modo. Foi encaminhado, solicitar um diagnóstico ambiental para a atividade, tendo Luís Fernando se abstenendo do voto. Ana pediu que esta decisão seja repassada aos outros empreendimentos desta mesma natureza e anteriormente solicitados. **Protocolo nº 8597/2020** de Dienefer Brando Qirardon, que solicita edificar residência de 63 m², numa propriedade adquirida por contrato de compra e venda em duas matrículas ao qual soma 3.9 ha. Maiara relatou que apresentou CAR do total da propriedade com a reserva legal. Moisés relembrou a necessidade sobre estudo topográfico que deve ser analisado pelo Secretaria de Planejamento, ou por seu conselho, bem como não haver supressão da vegetação nativa. Moisés sugeriu que o solicitante apresente em qual matrícula haverá a edificação atualmente, fazendo por declaração autenticada. Ficou aprovado pelos conselheiros a seguinte orientação: caso esta edificação seja efetuada na área de dois hectares, mediante declaração assinada pelo proprietário em cartório, será aprovada a anuência. Caso contrário, deverá apresentar a fusão em uma só matrícula. O conselheiro Luís Fernando, votou contra a edificação sob quaisquer circunstancia observando a Lei da Mata Atlântica e a Área Núcleo da Reserva da Biosfera. **Protocolo nº 9937/2020** em nome de Dilamar Schwanck de Oliveira, da qual solicita a construção de galpão com despesa de 48m², cuja propriedade está no nome de Osvino Weirmuller, com 16 ha e contrato de compra e venda de 6,7 hectares em nome de Arnaldo Buss (proprietário de 4,7ha) e Dilamar Schwanck de Oliveira (proprietário de 2ha). Anuência para edificação aprovada por unanimidade. **Protocolo nº 9939/2020**, em nome de RDE Participações Societárias LTDA, que solicita a edificação de residência de 40 m² para Rafael Wasem, filho de Jorge Wasem. O proprietário apresenta todos os documentos relativos a regularidade da propriedade. A anuência para a edificação foi aprovada por todos os conselheiros, com a exceção de Luís Fernando que constatou naquela área, Alto Ferrabraz – Bela Hú, um corredor de fauna onde recentemente flagrou-se o atropelamento do Canídeo Graxaim, bem como o avistamento de Gato-maracajá, e assim, se possível, evitar mais ocupações naquela área em respeito as condições ecológicas. Rosane informou que essa edificação é apenas para uso em fins de semana, ou seja, para lazer. Por fim, **protocolo 9939/2020** do Sr. Rudi Rost, solicita anuência para a atividade de silvicultura de acácia e eucaliptos, para renovação da licença junto à FEPAM. Aprovada por unanimidade. Seguindo a reunião para tratar dos assuntos gerais, ao qual Moisés relatou a estratégia de conservação da natureza observando uma metodologia de permuta de áreas verdes urbanas por área equivalente em valores e ou dimensões por áreas naturais conservadas e consolidadas, em desenvolvimento no município de Gramado relativo a loteamentos, favorecendo assim, na sua opinião, a conservação da biodiversidade, de modo que tais áreas ficam efetivamente protegidas. Havendo discussão entre os conselheiros sobre os prós e contras relativo a isso. Sr. Ardi relatou sobre a necessidade de criar um parque de proteção a natureza atrás da Paquetá, por que entende a importância das áreas verdes urbanas. Alexandre, lembrando do relato de atropelamento de Graxaim e da constatação de corredor de Fauna em Alto Ferrabraz – Bela Hú, instigou a necessidade de orientar os motoristas a respeitarem os corredores de fauna, que devem conduzir seus veículos com consciência, respeito e dentro das limitações de segurança das estradas de terra, e, pede que façamos a solicitação de uma placa de atenção para este local. Evandro relatou a importância de propostas sobre compensações aos moradores da ARIE, fazendo menção dos projetos de Sequestro de Carbono, ao qual entende ser isto muito vantajoso e que segundo ele haveria vultosos recursos para validar essa compensação. Tendo encerrado os assuntos gerais, passou-se a palavra à comunidade presente da qual

inicialmente, se manifestou o vereador Sandro, destacando que não devemos dar autorizações de edificações com propriedades com menos de 2ha. Também falou sobre incentivos aos empreendedores, da qual entende que não há problema algum em relação a solicitação de documentos e maiores informações sobre as propriedades e a finalidade das solicitações em geral, tendo em vista que abrir empreendimento na ARIE ou na zona rural é uma opção e para tanto nada mais natural haver as exigências e estabelecer os critérios. Lembrou que para qualquer empreendimento na zona urbana é solicitado uma série de documentos. Sandro retomou o problema do lançamento de esgoto junto ao arroio Cruzeiro do Sul, especialmente em relação ao condomínio Ferrabraz, onde a carga poluidora é extremamente elevada e algo deve ser feito. Por fim, pediu que os conselheiros se juntem em apoio a manifestação dirigida a esfera federal. Quanto da importância de preservar e respeitar o meio ambiente e a natureza. Paulo Marim relatou a situação das edificações e loteamentos irregulares na Picada São Jacó e em Picada Verão, assim como a necessidade de ampliar o módulo rural de 2 ha para 4 ha, o que para ele seria o ideal e só assim, efetivamente, haveria condição de dar respeito aquilo que se pretende com a ARIE. Relatou diversas situações de uso e ocupação irregular do solo, que causam uma série de transtornos aos moradores tradicionais, mais antigos, que sentem que sua vida tradicional associada a pacata vida rural está sendo tolhida, uma vez que interesses particulares e individuais estão se sobrepondo as regras e respeito a esse tipo de vida. Sem mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada e a presente ata lavrada por mim, secretário deste conselho.

Fabiana Haubert

Evandro Stelzer

Luís Fernando Stumpf

Rosane Reichert

Ana Carolina Oliveira Fonseca

Ardi Alípio Hugentobler

Moisés Peixoto

Janice Carvalho

Bárbara Carrão Nunes dos Santos

Alexandre Jardim

Dóris Rejane Fernandes

Sérgio Strassburger

ATENÇÃO a ATA 04: Estive presente também a conselheira
Bárbara Carrão Nunes dos Santos
Luís Fernando Stumpf